

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE  
ESPECIALIZAÇÃO EM CONTROLADORIA**

**IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS NORMAS DE CONTABILIDADE EM UMA  
EMPRESA DE GRANDE PORTE DO SEGMENTO DE ALUMÍNIO**

**THIAGO REMPEL**

**CURITIBA  
2012**

**THIAGO REMPEL**

**IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS NORMAS DE CONTABILIDADE EM UMA  
EMPRESA DE GRANDE PORTE DO SEGMENTO DE ALUMÍNIO**

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Controladoria do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná como parte dos requisitos para obtenção de título de Especialista em Controladoria.

**Orientador:** Dr. Luciano M. Scherer

**CURITIBA  
2012**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
PARECER FINAL

NOME DO (A) ALUNO(A): THIAGO REMPEL

TÍTULO DO TRABALHO: IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS NORMAS DE CONTABILIDADE EM UMA EMPRESA DE GRANDE PORTE DO SEGMENTO DE ALUMÍNIO

NOME DO PROFESSOR ORIENTADOR: LUCIANO MÁRCIO SCHERER

PARECER DO PROFESSOR ORIENTADOR:

O REFERENCIAL TEÓRICO BASICAMENTE ABORDOU OS  
CPL'S, NÃO BUSCANDO CONTRIBUIÇÕES EM OUTRAS  
OBRAS.

A ANÁLISE PODERIA TER SIDO MAIS APROFUNDADA

NOTA: 80 ( OITENTA

) ASSINATURA: Luciano Márcio Scherer

NOME DO PROFESSOR DESIGNADO:

NOTA: 80 ( Oitenta

) ASSINATURA: Mayla Cristino Costa

CONCEITO FINAL: \_\_\_\_\_ ( )

COORDENADOR DO CURSO: JACKSON CIRO SANDRINI

ASSINATURA: \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS .....	3
1 INTRODUÇÃO .....	3
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA .....	4
1.2 OBJETIVOS .....	5
1.2.1 OBJETIVO GERAL.....	5
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	5
1.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	6
2 REFERENCIAL TEÓRICO .....	7
2.1 Principais alterações da Lei 11.638/07.....	7
2.2 Práticas contábeis modificadas, em função do IFRS, na demonstração financeira.	9
2.2.1 CPC 12 - Ajuste a Valor Presente.....	9
2.2.2 CPC 18 - Investimento em Coligada e em Controlada .....	10
2.2.3 CPC 20 - Custos de Empréstimos .....	11
2.2.4 CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes .....	12
2.2.5 CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis .....	15
2.2.6 CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.....	15
2.2.7 CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade .....	16
2.2.8 CPC 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41.....	17
2.3 Índice de Conservadorismo .....	18
3 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	20
3.1 Práticas contábeis modificadas, em função do IFRS, na demonstração financeira	
.....	20
3.2 Índice de Conservadorismo .....	23
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	26

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

IFRS - International Financial Reporting Standards

IASB - International Accounting Standards Board

S.A. - Sociedade Anônima

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

SEC - Securities and Exchange Commission

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

## 1 INTRODUÇÃO

O surto de crescimento e de globalização dos mercados de capitais internacionais, o acelerado processo de integração das bolsas mundiais e o expressivo avanço da tecnologia dos meios de comunicação e informação reforçaram a necessidade da definição de um padrão contábil de referência mundial que permita a divulgação transparente e comparável do desempenho das companhias listadas nos respectivos mercados.

Segundo a empresa de consultoria e auditoria Deloitte, o mundo rumo claramente para a convergência contábil. Mais de 100 países já adotam as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), ou seja, as normas internacionais de contabilidade, que é o padrão contábil que tende a ser globalmente aceito para as demonstrações financeiras. As normas relativas a esse modelo são publicadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e implicam um ambiente de preparação de demonstrações financeiras que requer mais julgamento e menos diretrizes baseadas em regras detalhadas.

Conforme Rodrigues (2010) o IFRS traz benefícios internos e externos para o Brasil, em termos de padronização das normas contábeis que deverão ser adotadas por corporações de natureza S.A. (Sociedade Anônima) e Sociedades de Grande Porte. Externamente a adoção das normas coloca o Brasil no contexto econômico mundial, ajudando a internacionalizar empresas e negócios. Internamente, a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) regulariza e normatiza as características contábeis das empresas e faz a intermediação do debate entre representantes de todos os atores do mercado brasileiro - governo, iniciativa privada e órgãos acadêmicos.

As normas do IFRS criadas pelo IASB foram definidas como a base para a convergência das normas contábeis ao redor do mundo. Desde 2008 a *United States Securities and Exchange Commission* (SEC) permite que empresas não-americanas publiquem suas demonstrações contábeis nos Estados Unidos sem a necessidade de reconciliação para as normas norte-americanas de contabilidade, através do formulário 20-F. No Brasil, a Lei 11.638/2007, que instituiu nova legislação contábil para fins societários, tem como um dos seus objetivos a convergência das normas brasileiras às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As normas internacionais de contabilidade exigem a publicação do balanço patrimonial, demonstração do resultado do período e abrangente, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas à essas demonstrações.

Apesar de os primeiros relatórios contábeis com padrão IFRS terem sido apresentados no início de 2011, referentes ao ano de 2010, as demonstrações contábeis de 2009 tiveram que ser adaptadas ao novo padrão, como forma de garantir uma base comparativa com os dados de 2010. Logo, as empresas precisaram se adequar a essa exigência, para haver otimização do trabalho e evitar despesas.

## **1.1 PROBLEMA DE PESQUISA**

As mudanças introduzidas pela Lei 11638/2007 trouxeram e trarão a todos maior responsabilidade na aplicação total de normas e práticas contábeis convergentes às normas internacionais, bem como na divulgação das demonstrações contábeis, necessários à transparência dos informes contábeis para o público em geral.

Uma das maiores dificuldades para a implantação do IFRS no Brasil está na capacitação dos profissionais, que exigirá a reformulação do sistema educacional neste segmento, comenta Filho (2009). Historicamente, a contabilidade brasileira foi utilizada para atender mais o Fisco, em detrimento dos demais usuários das informações contábeis. Adotar o IFRS resulta em diversas adaptações, por isso funcionários precisam passar por treinamentos, em especial o departamento contábil. Mas existem outras consequências, como a mudança do valor dos ativos imobilizados no balanço da empresa e orientações específicas para contabilizar ativos financeiros que a empresa estiver investindo, pois isso na prática se refere a riscos que a empresa está submetida.

Segundo Lemes e Carvalho (2004) um dos grandes problemas já visualizados pelos organismos internacionais efetivamente envolvidos com o processo de harmonização da linguagem contábil num cenário mundial é a aplicação das normas internacionais emitidas pelo IASB, os IAS/IFRS. Experiências de um passado já distante mostram que pode haver perdas na essência da norma entre a tradução para o idioma nacional, a interpretação e a aplicação de tais normas a eventos locais. Prova disso foram as melhorias aprovadas em 2003 pelo IASB, num processo que exigiu revisão de suas normas de forma a torná-las homogêneas e praticáveis para dar o devido suporte às empresas dos países da União Europeia que tiveram que aplicar os IAS/IFRS já para 2005. Assim, para tais órgãos, estudos voltados para a colocação em prática do que vem sendo aprovado pelo IASB representam uma real aproximação da teoria com a prática. Este trabalho investiga o atual estágio de harmonização das normas contábeis brasileiras com relação às normas emitidas pelo IASB, os IAS/IFRS, a

partir da identificação e aplicação das diferenças no resultado e patrimônio líquido de uma empresa brasileira.

Tendo em vista o prazo para adoção do IFRS no Brasil, é de grande importância que as empresas brasileiras comecem a buscar uma melhor compreensão do IFRS, como sua implantação irá impactar sua organização e a determinação de um curso de ações adequado para a convergência.

Levando em conta esse contexto, a questão de pesquisa desta monografia é: **Quais as principais consequências das mudanças introduzidas pela Lei 11638/2007 nas demonstrações financeiras das grandes empresas brasileiras?**

## **1.2 OBJETIVOS**

### **1.2.1 OBJETIVO GERAL**

O objetivo desta monografia consiste em analisar os impactos da implantação das normas de contabilidade advindas dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, baseadas nas normas internacionais IFRS em uma empresa brasileira de grande porte do segmento de alumínio.

### **1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- a) Analisar quais pronunciamentos do CPC são utilizados pela empresa e estabelecer uma abordagem teórica de cada uma delas;
- b) Demonstrar as diferenças ocorridas nas demonstrações financeiras da empresa, comparando os períodos anterior e posterior à implantação das novas normas de contabilidade;
- c) Averiguar vantagens e desvantagens da implantação das novas normas de contabilidade.



### 1.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para realizar a análise dos CPC implementados, foram analisadas as demonstrações financeiras de uma empresa de grande porte do segmento de alumínio dos anos de 2008, 2009 e 2010, que estão publicadas no Diário Oficial e no Diário do Comércio. O embasamento teórico dos CPC implementados foi obtido através dos pronunciamentos realizados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em conjunto com o CPC, IASB e IFRS.

Foi realizada uma análise comparativa dos balanços publicados em 2008 e 2009 embasados na Lei 6.404, a qual se refere às antigas normas de contabilidade, com o balanço do ano de 2010, onde os dados relativos aos anos de 2008 e 2009 foram republicados de acordo com a nova Lei 11.638/2007.

Utilizando a metodologia de cálculo do índice de conservadorismo (GRAY 1980) foi mensurado o impacto que os ajustes do IFRS proporcionou no Lucro Líquido e Patrimônio Líquido da Empresa.

Foi realizado um estudo de caso onde foi feita uma abordagem metodológica de investigação profunda nas demonstrações financeiras da empresa em questão, onde foi realizada uma interpretação específica para tentar demonstrar de forma ampla os impactos que cada CPC teve no balanço patrimonial e demonstração do resultado.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Principais alterações da Lei 11.638/07**

A promulgação da Lei nº 11.638/07, em 28 de dezembro de 2007, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2008 tem como principal objetivo a atualização das regras contábeis brasileiras e o aprofundamento da harmonização dessas regras com os pronunciamentos internacionais, em especial os emitidos pelo IASB, por meio dos IFRS.

Apresenta-se nesse momento alguns pontos considerados de grande relevância e as principais alterações produzidas pela Lei nº 11.638/07, dentre as quais destacamos logo a seguir:

- a) As companhias deverão informar através de Notas Explicativas, nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2007, os eventos mencionados na nova Lei, que terão reflexos no exercício de 2008, e demais efeitos relevantes sobre o patrimônio dos exercícios de 2007 e 2008.
- b) Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR, pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- c) A Demonstração de Valor Adicionado – DVA passa a ser obrigatória, no conjunto das demonstrações financeiras, no que concerne a sua elaboração e divulgação.
- d) Segregação entre a forma de escrituração mercantil e a contábil, desde que após a apuração do lucro para efeito de tributação, sejam realizados os ajustes necessários, para que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de acordo com a Lei nº 6.406/76 e os Princípios Fundamentais de contabilidade. Essas demonstrações deverão ser auditadas por auditores independentes, devidamente registrados na CVM.
- e) Criação de 02 (dois) novos grupos de contas, o ativo intangível, no ativo não circulante e os ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido.
- f) Determinou novos critérios para a classificação e avaliação das aplicações em instrumentos financeiros, em especificamente os derivativos.
- g) A Lei introduziu o conceito de Ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo, que deverão ser realizadas de acordo com as Normas Internacionais.

- h) O ordenamento jurídico obriga as empresas a realizar, periodicamente, a análise para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e no diferido.
- i) Houve alteração no critério de avaliação de coligadas, pois no balanço patrimonial da companhia, os investimentos em coligadas sobre cuja administração tenha influência significativa, ou de que participe com 20%(vinte por cento) ou mais do capital votante, em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum, serão avaliados pelo método da equivalência patrimonial.
- j) Criação de Reservas de Incentivos Fiscais, com a contabilização sendo realizada diretamente no resultado do exercício, como estabelece a norma internacional.
- k) Faculdade das companhias fechadas que poderão optar por observar as normas sobre demonstrações financeiras expedidas pela CVM para as companhias abertas.
- l) As sociedades de grande porte, assim definidas, aquelas que possuem um ativo total superior a 240 milhões ou receita bruta superior a 300 milhões, a obrigatoriedade de manter a escrituração e de elaborar as demonstrações financeiras de acordo com a Lei Societária.
- m) A Lei também estabelece novas regras para as reservas de reavaliação, conforme determina o art. 6º, onde os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social em que esta lei entra em vigor.
- n) A Lei nº 11.638/2007 estabeleceu também, a contabilização a valor de mercado dos ativos e passivos em reorganizações (incorporação, fusão e cisão, que envolvam partes independentes e vinculadas à transferência de controle). Com a nova determinação, reorganizações societárias de partes independentes (cujo conceito não é previsto na Lei das S/A), utilizadas como meio de aquisição do controle de uma empresa, devem observar a esta forma de contabilização.

Considerando as novas mudanças determinadas pela Lei nº 11.638/07, os novos conceitos e os novos controles que deverão ser adotados pelas empresas, entende-se que seja de extrema importância que as entidades enquadradas nas novas regras se preparem para os ajustes necessários decorrentes dessas alterações.

## **2.2 Práticas contábeis modificadas, em função do IFRS, na demonstração financeira.**

Analisando as demonstrações financeiras de 2010, onde os valores dos anos 2008 e 2009 foram reapresentados, analisaram-se as seguintes mudanças técnicas:

### **2.2.1 CPC 12 - Ajuste a Valor Presente**

O pronunciamento visa à convergência e estabelece critérios de mensuração, classificação e divulgação de elementos patrimoniais ativos e passivos de fluxos de caixa futuros a um valor corrente.

Conforme Greco (2010), a determinação da apuração do Ajuste a Valor Presente - AVP envolve elementos do ativo e passivo de longo prazo. Todos os elementos integrantes do ativo realizável e do passivo exigível devem ser ajustados ao seu valor presente, mediante descontos que considerem os juros embutidos pré-fixados. Os demais ativos e passivos de curto prazo somente deverão ser ajustados ao seu valor presente caso esse ajuste tenha efeito relevante nas demonstrações contábeis.

Esta norma atende a conceitos do pronunciamento de estrutura conceitual básica para “enquadramento” às regras internacionais de contabilidade, uma vez que as demonstrações financeiras representam valores atuais da empresa, facilitando a tomada de decisões, e o conceito de Primazia da Essência sobre a Forma, já que os valores são apresentados considerando o valor do dinheiro no tempo, e as incertezas inerentes a todos os tipos de negócios, e não só os valores legais e formais.

Conforme definição do CPC 12, o AVP (Ajuste a Valor Presente) objetiva efetuar o ajuste para demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa futuro, o valor de um direito ou obrigação descontadas as taxas implícitas em seu valor original, registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras; enquanto que o valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

O presente pronunciamento determina que a mensuração contábil a valor presente seja aplicada no reconhecimento inicial de ativos e passivos. Apenas em certas situações excepcionais, como a que é adotada numa renegociação de dívida em que novos termos são estabelecidos, o ajuste a valor presente deve ser aplicado como se fosse nova medição de ativos e passivos. É de se ressaltar que essas situações de nova medição de ativos e passivos

são raras e são matéria para julgamento daqueles que preparam e auditam demonstrações contábeis.

O Ajuste a Valor Presente visa refletir a situação patrimonial atual da empresa, permitindo que seus dirigentes possam com um maior grau de confiança e menor margem de erro, obter e aplicar recursos em setores que são realmente necessários.

### **2.2.2 CPC 18 - Investimento em Coligada e em Controlada**

Conforme pronunciamento do CPC 18, investimento em Coligadas e em Controlada é orientar sobre a contabilização do investimento da controladora nas controladas e coligadas nas demonstrações contábeis individuais e sua aplicação no método de equivalência patrimonial. Não sendo aplicado no investimento de instrumento financeiro para negociação, assim como, o investimento em coligada e controlada vinculada a organizações de capital de risco, fundos mútuos, trustes e similares.

Coligada é a entidade que a investidora exerça influência significativa, sem chegar a controlá-la, ou seja, poder de participar nas decisões financeiras e operacionais, e, detêm de pelo menos 20% do patrimônio social. Controlada é a entidade que a controladora, diretamente ou por outra controlada, tem poder permanente e preponderância em suas deliberações e elege a maioria de seus administradores. Controle Conjunto (*joint venture*) que é participar do comando, de forma contratualmente determinado, dentro de uma atividade econômica que na decisão estratégica, financeira e operacional seja necessário o consentimento unânime dos empreendedores que constitui as partes que compartilham o controle.

O método de equivalência patrimonial trata de investimento ao qual o custo seja reconhecido inicialmente e o valor contábil ocorra com o reconhecimento da participação no lucro ou prejuízo no período após a aquisição, sendo que a distribuição recebida e abatida do valor contábil da investidora; ocorrendo também, ajuste contábil do investimento vinculado ao Patrimônio Líquido, tendo como caso reavaliação do ativo imobilizado e conversão de moeda estrangeira.

O objetivo é especificar como devem ser contabilizados os investimentos em coligadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do investidor e em controladas nas demonstrações contábeis da controladora. O CPC 18 trata de todas as participações em

empresas coligadas, excetuando os investimentos em coligadas mantidos por meio de sociedades de capital de risco (*venture capital*), fundos mútuos e entidades similares.

### 2.2.3 CPC 20 - Custos de Empréstimos

Conforme o pronunciamento o custo nos empréstimos afirma que os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Porém, o disposto não é aplicado sobre os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de:

- a) Ativo qualificável mensurado por valor justo, como, por exemplo, ativos biológicos; ou
- b) Estoques que são manufaturados, ou produzidos, em larga escala e em bases repetitivas.

Dessa forma, verifica-se a possibilidade de ativar os custos financeiros advindos de um empréstimo obtido com a finalidade de adquirir um ativo qualificável, fazendo, então, parte do custo deste ativo.

Até 31 de dezembro de 2008, os custos dos empréstimos obtidos poderiam ser reconhecidos como despesas do exercício ou capitalizados juntamente com os gastos para elaboração do ativo qualificável. Após 1º de janeiro de 2009, os custos com empréstimos obtidos para elaboração de ativos qualificáveis passaram a ser obrigatoriamente capitalizados. (FIPECAFI, 2010, p. 247).

São considerados custos de empréstimos:

- a) Encargos financeiros calculados com base no método da taxa efetiva de juros como descrito no Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração;
- b) Encargos financeiros relativos aos arrendamentos mercantis financeiros reconhecidos de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil; e
- c) Variações cambiais decorrentes de empréstimos em moeda estrangeira na medida em que elas são consideradas como ajustes para mais ou para menos, do custo dos juros.

O CPC 20 define que para que ocorra a capitalização dos custos, estes devem ser de fácil identificação e mensuração, devendo ser atribuídos diretamente ao bem adquirido ou em construção. Sendo assim, caso a entidade tome emprestado um capital que servirá tanto para o giro de caixa quanto para investimento, a segregação dos custos deverá ser bem controlada para a correta apropriação no ativo em referência. Se não, o embasamento da contabilização será falho, podendo gerar futuros “transtornos contábeis”.

Há a possibilidade também de que o empréstimo, enquanto não utilizado em sua totalidade, seja aplicado em algum investimento temporário, gerando possíveis rendimentos financeiros. Estes rendimentos deverão ser amortizados dos custos do empréstimo a título de deduzir o valor total a ser ativado ao bem do qual gerou o empréstimo. Só será apropriado o valor líquido dos custos (custos – receitas). Além das características citadas acima, caso seja verificado que o valor contábil é superior ao valor recuperável do ativo, deverá ser realizado o *impairment* deste bem, a fim de que o valor contábil seja ajustado ao real valor recuperável. O teste de *impairment* é descrito no CPC 01, que trata da redução ao valor recuperável dos ativos, vale a pena verificá-lo. O CPC 20 também dispõe sobre a temporalidade do início, suspensão e finalização da capitalização dos custos dos empréstimos, utilizados em bens em andamento/construção.

- a) É importante ressaltar que, caso sejam atribuídos aos bens os custos de seus empréstimos, o registro destes bens na escrituração fiscal ocorrerá num valor diferente ao registro contábil deste bem. Tal situação deverá ser esclarecida em Notas Explicativas para evitar possíveis questionamentos de conferências, auditorias ou perícias;
- b) A apropriação dos custos financeiros como parte integrante do bem diminuirá o impacto no resultado/Ebitda da empresa, uma vez que no lugar de serem tratados como despesas do exercício, estes custos serão ativados e amortizados com base na taxa depreciação do bem referente.

## **2.2.4 CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**

O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 25 é o de assegurar que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões, passivos

contingentes e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas, para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor.

Esse pronunciamento técnico determina o tratamento contábil e os requisitos de divulgação para todas as provisões, passivos e ativos contingentes, exceto:

- a) Os que resultem de contratos a executar, exceto quando o contrato for oneroso. Contratos a executar são contratos pelos quais nenhuma parte cumpriu qualquer das suas obrigações ou ambas as partes só tenham parcialmente cumprido as suas obrigações em igual extensão.
- b) Os cobertos por um outro Pronunciamento Técnico.

A seguir são apresentadas algumas definições.

#### Provisões

Uma provisão é um passivo de prazo ou valores incertos.

#### Reconhecimento

Uma provisão deve ser reconhecida quando, e apenas quando:

- a) Uma entidade tem uma obrigação presente (legal ou não-formalizada) como resultado de um evento passado;
- b) É provável (ou seja, mais provável que sim do que não) que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação;
- e
- c) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

O pronunciamento técnico ressalta que uma estimativa confiável não pode ser feita apenas em casos extremamente raros.

Em casos raros, não é claro se existe ou não uma obrigação presente. Nesses casos, presume-se que um evento passado dá origem a uma obrigação presente se, levando em consideração toda a evidência disponível, é mais provável do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço.



### Mensuração

O valor reconhecido como uma provisão deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente é o valor que uma entidade racionalmente pagaria para liquidar a obrigação na data do balanço ou para transferi-la para terceiros nesse momento.

Quando a provisão a ser mensurada envolve uma grande população de itens, a obrigação é estimada, ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Quando uma única obrigação estiver sendo mensurada, o desfecho individual mais provável pode ser a melhor estimativa do passivo. Porém, mesmo em tal caso, a entidade considera outras consequências possíveis.

### Passivos contingentes

Um passivo contingente é:

- a) Uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade; ou
- b) Uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação, ou (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Uma entidade não deve reconhecer um passivo contingente. Uma entidade deve divulgar um passivo contingente, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

### Ativos contingentes

Um ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não-ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade.

Uma entidade não deve reconhecer um ativo contingente. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

### **2.2.5 CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis**

Este pronunciamento técnico estabelece requisitos para a demonstração do fluxo de caixa. As demonstrações contábeis devem ser mostradas com clareza, e repetidas se necessário o entendimento da informação prestada. Estas informações devem conter: o nome da empresa, se estas se referem a uma entidade individual ou a um grupo de entidades, a data base do período mostrado das demonstrações contábeis, a moeda de apresentação e o nível de arredondamento usado nos valores das demonstrações.

Cada página deverá conter o título da empresa, da apresentação, da nota e coluna. As informações tornam-se mais fáceis de entender se estiver em milhares ou milhões de unidades da moeda de apresentação. O balanço patrimonial deverá conter no mínimo as contas: caixa e equivalentes de caixa; clientes e outros recebíveis; estoques; ativos financeiros; total de ativos classificados como disponíveis para venda; ativos biológicos; investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial; propriedades para investimento; imobilizado; intangível; contas a pagar comerciais e outras; provisões; obrigações financeiras; obrigações e ativos relativos à tributação corrente; impostos diferidos ativos e passivos; obrigações associadas a ativos à disposição para venda de acordo com o pronunciamento técnico CPC 31; participação de não controladores apresentada de forma destacada dentro do patrimônio líquido; e capital integralizado e reservas e outras contas atribuíveis aos proprietários da entidade.

Nos balanços patrimoniais deverão aparecer adicionais, cabeçalhos e subtotais, sempre que necessária nomenclatura de contas utilizada e sua ordem de apresentação ou agregação de itens semelhantes podem ser modificadas de acordo com a natureza da entidade e de suas transações. Deverão aparecer distinguidos ativos e passivos circulantes e não circulantes. Para algumas empresas a apresentação de ativos e passivos por ordem crescente ou decrescente de liquidez proporciona informação que é confiável e mais relevante do que a apresentação em circulante e não circulante pelo fato de que tais entidades não fornecem bens ou serviços dentro de ciclo operacional fáceis de serem identificados.

### **2.2.6 CPC 32 - Tributos sobre o Lucro**

O objetivo principal do pronunciamento técnico CPC 32 é prescrever o tratamento contábil de todas as formas de tributos sobre o lucro. Para fins do pronunciamento, o termo

tributo sobre o lucro inclui todos os impostos e contribuições nacionais e estrangeiros que são baseados em lucros tributáveis.

O pronunciamento trata dos registros de ativos e passivos correntes e diferidos, relacionados à incidência de tributos sobre o lucro e exige o reconhecimento de passivos fiscais diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto alguns casos que especifica. Para reconhecimento de ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias dedutíveis ou prejuízos fiscais e créditos de tributos a compensar, o pronunciamento condiciona esse reconhecimento à provável existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível ou o prejuízo a compensar possam ser utilizados. Diferenças temporárias são diferenças entre o valor contábil de um ativo ou passivo no balanço e sua base fiscal. Chama-se a atenção nesse pronunciamento sobre as diferenças entre o valor contábil de um ativo ou passivo e a sua base fiscal nos casos em que estas diferenças provoquem encargos tributários (ou ganhos) que são recuperáveis (ou possivelmente serão perdidos) com o uso desses ativos.

Este pronunciamento está alinhado com o IAS 12 - *Income Taxes* e a fidelidade ao texto da norma internacional só não foi completa em razão de pouquíssimos ajustes, feitos com o objetivo de proporcionar maior clareza e objetividade, sem excluir ou deixar de atender às disposições contidas no pronunciamento do IASB. Em razão de abranger também os tributos estrangeiros, este pronunciamento trata de situações não previstas na legislação fiscal brasileira.

### **2.2.7 CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade**

O objetivo deste pronunciamento é garantir que as primeiras demonstrações contábeis de uma entidade de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB, doravante referenciadas como IFRSs, e as demonstrações contábeis intermediárias para os períodos parciais cobertos por essas demonstrações contábeis contenham informações de alta qualidade que sejam transparentes para os usuários e comparáveis em relação a todos os períodos apresentados, proporcionem um ponto de partida adequado para as contabilizações de acordo com as IFRSs e possam ser geradas a um custo que não supere os benefícios.

A entidade deve aplicar este pronunciamento em suas primeiras demonstrações contábeis em IFRSs e em todas as demonstrações intermediárias (se houver) apresentadas de acordo com a IAS 34 - *Interim Financial Reporting* (Pronunciamento Técnico CPC 21 –

Demonstração Intermediária) para o período coberto por suas primeiras demonstrações contábeis em IFRSs.

A entidade deve elaborar e apresentar o balanço patrimonial de abertura de acordo com as IFRSs na data de transição para as IFRSs. Esse é o marco inicial de sua contabilidade em conformidade com as IFRSs. A entidade não deve aplicar diferentes versões de IFRSs vigentes. A entidade pode aplicar uma nova IFRS, ainda não obrigatória, somente quando essa IFRS permitir sua aplicação antecipada. Para estarem de acordo com a IAS 1 (Pronunciamento Técnico CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis), as primeiras demonstrações contábeis da entidade em IFRSs devem incluir ao menos três balanços patrimoniais, duas demonstrações do resultado, duas demonstrações dos fluxos de caixa, duas demonstrações das mutações do patrimônio líquido, duas demonstrações do resultado abrangente, duas demonstrações do valor adicionado (se requeridas pelo órgão regulador ou apresentadas espontaneamente) e as respectivas notas explicativas, incluindo a informação comparativa.

A entidade deve explicar de que forma a transição dos critérios contábeis anteriores para as IFRSs afetaram sua posição patrimonial divulgada (balanço patrimonial), bem como seu desempenho econômico (demonstração do resultado) e financeiro (demonstração dos fluxos de caixa).

## **2.2.8 CPC 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41**

O objetivo deste pronunciamento é fornecer as diretrizes necessárias para que as demonstrações contábeis de uma entidade que estejam de acordo com os pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações do CPC, e as divulgações contábeis intermediárias para os períodos parciais cobertos por essas demonstrações contábeis possam ser declaradas.

A entidade deve aplicar este pronunciamento às primeiras demonstrações contábeis consolidadas, individuais e separadas elaboradas a partir das datas determinadas pelos órgãos reguladores contábeis brasileiros. Demonstrações contábeis individuais de entidades com investimento em controlada ou empreendimento controlado em conjunto avaliado pela equivalência patrimonial de acordo com o exigido pela legislação brasileira vigente não são consideradas, com esse método de avaliação, como estando conformes com as normas internacionais de contabilidade.

A manutenção pela entidade de saldo no ativo diferido, nos termos do pronunciamento técnico CPC 13, é permitida pela legislação contábil brasileira vigente, todavia, não está em conformidade com as normas internacionais de contabilidade, ocasionando diferenças entre os resultados e patrimônio conforme os CPCs e as IFRSs. Este CPC entende que a permissão e manutenção do saldo do ativo diferido existente quando da adoção das modificações da Lei nº. 11.638/07 e MP nº. 449/08, prevista no pronunciamento técnico CPC 13, atinge apenas as demonstrações contábeis individuais, haja vista que essa permissão não foi acolhida pelo pronunciamento técnico CPC 36 – Demonstrações Consolidadas e, devido ao objetivo deste CPC de que as demonstrações consolidadas brasileiras possam ser consideradas como estando de acordo com as IFRSs conforme emitidas pelo IASB.

Assim, o efeito da manutenção desses saldos (de ativos diferidos) deve ser totalmente eliminado nas demonstrações consolidadas para que se alcance a plena convergência com as normas internacionais nessas demonstrações consolidadas. Este tratamento excepcional não deve ser utilizado por analogia em outras situações. A entidade deve, primeiramente, fazer a aplicação do pronunciamento técnico CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade às suas demonstrações consolidadas quando adotar tais normas internacionais pela primeira vez. Sugere-se que inclusive as entidades que não são requeridas a adotar as normas internacionais de contabilidade também assim procedam.

Após, a entidade deve transpor para suas demonstrações individuais todos os ajustes que forem necessários, ou pelos quais optar, na aplicação do pronunciamento técnico CPC 37, de forma a obter o mesmo patrimônio líquido em ambos os balanços patrimoniais, consolidado e individual. Para isso, pode ser necessário promover os ajustes contábeis em seus investimentos em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto, de tal forma que a aplicação da equivalência patrimonial sobre eles promova essa igualdade de patrimônios líquidos. Adicionalmente, devem ser eliminadas, por meio de ajustes nas demonstrações individuais, as diferenças eventualmente existentes entre essas demonstrações e as demonstrações consolidadas, em função da adoção antecipada das IFRS no consolidado.

## **2.3 Índice de Conservadorismo**

Como metodologia quantitativa para expressar o impacto dessas influências culturais e institucionais no resultado reportado pelas empresas, Gray (1980) propôs o Índice de Conservadorismo, que mensura o quanto lucros menores (conservadorismo, verificado na

França e Alemanha) ou maiores (otimismo, verificado na Inglaterra) eram demonstrados pelos sistemas contábeis locais em relação ao padrão do *European Method*. Weetman *et. al.* (1998) renomearam o índice de Gray como Índice de Comparabilidade total (IC, referente ao todo do resultado) ou parcial (ICP, referente a cada ajuste específico), em comparação com os US GAAP (*US Generally Accepted Accounting Principles*) ou com as normas do IAS (*International Accounting Standards*), quando for o caso.

Nas equações (1) e (1A), um IC/ICP menor que 1 denota conservadorismo (lucros/ajustes locais menores em relação aos US GAAP) e, vice-versa, um IC/ICP maior que 1 indica otimismo (lucros/ajustes locais superiores aos apurados pelos US GAAP).

$$IC = 1 - \left[ \frac{Lucro_{USA} - Lucro_{Local}}{|Lucro_{USA}|} \right] \quad (1) \quad ICP = 1 - \frac{Ajuste\ Parcial}{|Lucro_{USA}|} \quad (1A)$$

A metodologia de Gray tem sido utilizada em numerosos trabalhos sobre diferenças entre os US GAAP e sistemas contábeis nacionais.

Para mensurar o impacto da nova lei no Lucro Líquido e Patrimônio Líquido da empresa, Santos e Calixto (2010) utilizam o inverso do Índice de Comparabilidade já mencionado, tomando-se por base a norma brasileira anterior (Lei 6.404/76), conforme a seguinte fórmula:

$$IC^{-1} = 1 - \left[ \frac{Lucro_{Lei\ 6.404} - Lucro_{Lei\ 11.638}}{|Lucro_{Lei\ 6.404}|} \right] \quad (2)$$

Onde:

IC-1 = Índice de Comparabilidade Inverso (ICI).

Lucro Lei 6.407 = Lucro Líquido (ou prejuízo) apurado conforme as normas vigentes até 2007 (Lei 6.404/76 e respectivas normas da CVM).

Lucro Lei 11.638 = Lucro Líquido (ou prejuízo) apurado conforme as normas vigentes a partir de 2008 (Lei 11.638/07 e respectivas normas da CVM).

A partir da equação, a hipótese deste trabalho pode ser assim formulada:

**H0:**  $ICI \leq 1$  (a norma de transição para o IFRS gera resultados menores que a norma anterior).

**H1:**  $ICI > 1$  (a norma de transição para o IFRS gera resultados maiores que a norma anterior).

### 3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

#### 3.1 Práticas contábeis modificadas, em função do IFRS, na demonstração financeira

Abaixo apresenta-se as alterações, por grupo de conta, para cada CPC implementado:

*Valores expressos em milhares de reais*

#### CPC 12 - Ajuste a Valor Presente

Tabela 1

CPC 12	2008	2009
Imobilizado	39.204	48.894
Tributos a recuperar LP	(29.112)	(26.730)
IR/CS Diferidos Ativo	(3.431)	(4.104)
Efeito PL	10.092	22.164
Efeito resultado		12.072

A empresa implementou o ajuste a valor presente (CPC 12) para seus créditos a recuperar de Imposto sobre Circularização de Mercadoria e Prestação de Serviço (ICMS) sobre controle do crédito do ICMS do Ativo Permanente (CIAP).

Inicialmente a empresa realizou um levantamento dos saldos do CIAP que se enquadravam para aplicação do CPC 12. Após esse levantamento foi utilizada a taxa de desconto Wacc (*Weighted Average Cost of Capital*) para o cálculo dos *cash flows* com risco. Com isso os valores do imobilizado, CIAP a recuperar longo prazo e a depreciação foram ajustados.

Atualmente os saldos do imobilizado e do CIAP são ajustados mensalmente, levando em consideração as novas aquisições.

### CPC 18 - Investimento em Coligada e em Controlada

Tabela 2

CPC 18	2008	2009
Investimento	61.397	67.812
Provisão para contingência e obrigação tributária	(4.967)	(4.967)
IR/CS Diferidos Ativo	1.689	
Efeito PL	56.430	62.845
Efeito Resultado		6.415

Investimentos anteriormente mensurados ao custo foram avaliados, quando aplicável, pelo método de equivalência patrimonial.

A empresa possuía investimentos mensurados ao custo, sendo assim foi realizado um estudo dos investimentos e viu-se a necessidade de aplicar o CPC 18.

Como a empresa tinha contratos de mútuos de partes relacionadas com essas empresas foi necessário atualizar as provisões de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

### CPC 20 - Custos de Empréstimos

Tabela 3

CPC 20	2008	2009
Imobilizado	(9.863)	16.924
IR/CS Diferidos Passivo	3.323	(9.108)
Efeito PL	(9.863)	16.924
Efeito Resultado		26.787

Custos de empréstimos que são diretamente atribuídos à aquisição, à construção ou à produção de ativos qualificáveis para a sua capitalização formam parte do custo de tais ativos. Anteriormente, os custos de empréstimos eram reconhecidos no resultado do exercício.

A empresa necessitou realizar um estudo de todos os ativos que se enquadravam na aplicação do CPC 20, isto é, todos aqueles que ainda estavam em processo de



elaboração/construção, que não estavam na fase de operação. Também foram levantados todos os ativos que já haviam sido imobilizados (em fase operação), mas que os custos de empréstimos foram alocados no resultado do exercício.

Após realizar esses levantamentos foi possível mensurar as reversões que seriam necessárias efetivar, estornando esses valores do patrimônio líquido contra o imobilizado.

A empresa desenvolveu uma ferramenta para levantar todos os custos de empréstimo em prol à construção/elaboração de ativo, e para que sejam alocados mensalmente e de forma correta nos imobilizados em andamento.

### **CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**

Tabela 4

<b>CPC 25</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
Imobilizado	17.056	10.597
Outros Passivos	(19.726)	(15.420)
IR/CS Diferidos Ativo	908	732
Efeito PL	(2.670)	(4.823)
Efeito Resultado		(2.153)

Trata-se de passivos decorrentes principalmente de desmobilização de ativos que eram incluídos nos custos de ativos imobilizados.

Foi realizado um estudo para garantir que as operações sejam encerradas de acordo com uma boa prática operacional, estimando da melhor maneira possível os custos de desmobilização desses ativos.

A empresa realizou um levantamento de todos os seus ativos que deveriam ser submetidos a uma provisão de desmobilização. Após esse parecer, os ativos foram submetidos a uma análise técnica a fim de verificar a melhor estimativa de vida útil, podendo assim ajustar os valores contabilizados no imobilizado e levantar os custos que a empresa terá em sua desmobilização ao final da sua vida útil, reconhecendo essa provisão em outros passivos.

**CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade  
e CPC 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41**

Tabela 5

<b>CPC 37/43</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
Diferido	(78.483)	(78.483)
Efeito PL	(78.483)	(78.483)

Com a entrada em vigor da Lei 11.638, a empresa realizou a baixa por completo do seu ativo diferido.

Tabela 6

<b>RESUMO GERAL</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
Tributos a recuperar LP	(29.112)	(26.730)
IR/CS Diferidos Ativo	(834)	(4.206)
Investimento	61.397	67.812
Imobilizado	46.397	76.415
Diferido	(78.483)	(78.483)
<b>Total Ativo</b>	<b>(635)</b>	<b>34.808</b>
Provisão para contingência e obrigação tributária	(4.967)	(4.967)
Outros Passivos	(19.726)	(15.420)
IR/CS Diferidos Passivo	3.323	(5.785)
<b>Total Passivo</b>	<b>(21.370)</b>	<b>(26.172)</b>
<b>Efeito total PL</b>	<b>(22.005)</b>	<b>8.636</b>

### 3.2 Índice de Conservadorismo

Foi realizado o cálculo do Índice de Conservadorismo para o Lucro do exercício de 2009 e para o Patrimônio Líquido de 2008 e 2009:

*Valores expressos em milhares de reais*

**Lucro**

	2009
Lucro - Lei 6.404	552.288
Lucro - Lei 11.638	582.929
IC	1,0555

Como o IC deu maior que zero pode-se verificar que a norma de transição para o IFRS gerou resultados maiores que a norma anterior.

**Patrimônio Líquido**

	2008	2009
PL - Lei 6.404	5.419.147	5.878.381
PL - Lei 6.404	5.397.183	5.887.118
IC	0,9959	1,0015

PL 2008

Como o IC deu menor que zero percebe-se que a norma de transição para o IFRS gerou resultados menores que a norma anterior.

PL 2009

Como o IC deu maior que zero observa-se que a norma de transição para o IFRS gerou resultados maiores que a norma anterior.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pudemos entender porque o Brasil seguiu rumo à convergência para as novas práticas contábeis (IFRS) adotadas principalmente na Europa, beneficiando as empresas brasileiras a internacionalizar cada vez mais seus negócios. Percebeu-se como principal motivo, as dificuldades que os profissionais contábeis tem enfrentado para implementar o IFRS no Brasil, e a urgente necessidade de capacitação; fatores que exigirão a reformulação do sistema educacional neste segmento.

Foram analisadas as principais mudanças ocorridas da Lei 6.404 para a Lei 11.638, e contextualizou-se a respeito dos procedimentos que exigem maior atenção.

Neste trabalho foram observados quais CPC's podem impactar uma grande empresa no segmento de alumínio, e também foi observado o impacto da implementação do IFRS sobre o balanço patrimonial e demonstrações do resultado líquido da empresa.

Através do Índice de Conservadorismo notou-se que após a implementação das novas práticas, o resultado líquido da empresa melhorou se comparado com o lucro apresentado a partir da antiga Lei 6.404. Para os efeitos da implementação no patrimônio líquido em 2008, o valor ficou menor quando comparado ao valor embasado na antiga Lei; e em 2009 a nova Lei resultou em um valor de patrimônio líquido maior do que o estimado a partir da Lei 6.404.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto-lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, edição extra, 28 dez. 2007.

CVM – Comissão de Valores Mobiliários. Instruções e Deliberações. Disponível em: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br). Acesso em 19/06/2012.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamentos Técnicos. Disponível em: [www.cpc.com.br](http://www.cpc.com.br). Acesso em 15/06/2012.

DELOITTE. Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2006

FILHO, José Joaquim. IFRS – Desafios e Oportunidades para os Contabilistas. Artigonal, 2009.

GRAY, S.J. The impact of international accounting differences from a security analysis perspective: some European evidence. *Jornal of Accounting Research*, 18 (I), 64-76, 1980

GRECO, M. V. D. Entendendo o Ajuste a Valor Presente – AVP. Extraído de: COAD – 08/06/10. Disponível em: <http://coad.jusbrasil.com.br/noticias/2224057/entendendo-o-ajuste-a-valor-presente-avp>. Acesso em 20/06/2012.

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto; SANTOS, Arioaldo dos. Manual de Contabilidade Societária. 1ª ed. Atlas, 2010.

LEMES, S; CARVALHO, L.N.G. Efeito da convergência das normas contábeis brasileiras para as normas internacionais do IASB. In 4º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2004, São Paulo - SP.

PRICEWATERHOUSECOOPERS, IFRS no Brasil: Mineração. São Paulo: PwC, 2006.

RODRIGUES, G. TIINSEIDE, Cinco etapas para adoção do IFRS, 7 de julho de 2010. Disponível em [www.tiinside.com.br/07/07/2010/cinco-etapas-para-adocao-do-ifrs](http://www.tiinside.com.br/07/07/2010/cinco-etapas-para-adocao-do-ifrs). Acesso em 18/06/2012.

SANTOS, E.S, CALIXTO, L, Impactos do início da harmonização contábil internacional (Lei 11.638/07) nos resultados das empresas abertas, RAE-eletrônica, v. 9, n. 1, Art. 5, jan./jun. 2010.

WEETMAN, P.E, Jones; E.A.E, Adams; C.A; Gray, J.A. Profit measurement and UK accounting standards: a case of increasing disharmony in a relation to US GAAP and IASs. *Accounting and Business Research*, 28 (3), 189-200, 1998